

Ata Avulsa do Conselho Administrativo

Aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um na sala de reuniões do gabinete da Diretora, reuniu o Conselho Administrativo do Agrupamento de Escolas Madeira Torres, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um - Escolha do procedimento necessário e destinado à aquisição de produtos para o bufete das escolas, Padre Francisco Soares e Madeira Torres, deste Agrupamento.

Ponto dois – Análise e votação das peças do procedimento.

Ponto três – Escolha dos fornecedores a enviar convite.

Dando início à reunião e, verificando-se estarem presentes, todos os elementos do conselho, a presidente informou da necessidade de elaborar o procedimento para aquisição de **Produtos alimentares e afins (CPV.15800000-6 em seis lotes)** para o bufete das escolas Padre Francisco Soares e Madeira Torres.

O procedimento referido, para a aquisição de **Produtos alimentares e afins (CPV.15800000-6 em seis lotes)** terá o número **4/AEMT/2020** e será operacionalizado em seis lotes:

Lote 1: Cafés/Chás/Adoçantes; Lote 2: Produtos de panificação, produtos frescos de pastelaria e bolos; Lote 3: Produtos de Pastelaria; Lote 4: Produtos Enlatados e Diversos; Lote 5: Produtos à base de carne/peixe em conserva e gorduras e Lote 6: Bolachas e Chocolates

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo fornecimento de todos os bens, objeto do contrato a celebrar é de **44.190,52 €** que corresponde ao somatório dos preços base de todos os lotes, estimados para um ano (anexo I do convite):

Lote 1: Cafés/Chás/Adoçantes – **2.738,42€**

Lote 2: Produtos de panificação, produtos frescos de pastelaria e bolos -**19.932,30€**

Lote 3: Produtos de Pastelaria – **10.155,00€**

Lote 4: Produtos Enlatados e Diversos – **841,67€**

Lote 5: Produtos à base de carne/peixe em conserva e gorduras – **7.338,63€**

Lote 6: Bolachas e Chocolates – **3.184,50€**

O preço base foi calculado com base nos custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo (Art.º 47 do CCP).

O procedimento será efetuado por **Consulta Prévia**, fundamentando-se esta escolha no seu valor, nos termos do estipulado nos artigos 16º a 22º e 36º a 38º do CCP e ainda na imperativa necessidade, por ausência de recursos próprios, da aquisição destes bens para manter em funcionamento os Bufetes do Agrupamento satisfazendo necessidades alimentares de toda comunidade educativa. Com o critério de adjudicação definido nos termos do disposto no art.º 74 n.º 1, alínea b).

A presidente referiu ainda que a despesa tem cabimento orçamental. O gestor do contrato

Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos foram colocados à disposição de todos os elementos do conselho as peças dos procedimentos (caderno de encargos e convites) previamente elaboradas, para serem analisadas e discutidas. Após a análise e efetuadas as devidas correções foram aprovados por unanimidade as peças procedimentais que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante.

Em relação ao ponto três da ordem de trabalhos, depois de feito um levantamento dos fornecedores da região foi decidido enviar convite às entidades: **Alfa Bares; D.J.V, S.A; Manuel Rui Azinhais Nabeiro Lda; Panitur Lda, Ribeiro Correia e Pascácio Lda; NewCoffee S.A e Percentagemgabarito Lda.**

O procedimento será processado via email institucional concursospublicos@madeiratorres.com (Art.º 115 n.º 4).

Seguidamente, pela Presidente do conselho, foi colocado à votação dos demais elementos a atribuição da necessária legitimidade para [REDACTED], proceder ao registo, lançamento e acompanhamento de todo o procedimento via email. Foi aprovada por unanimidade a atribuição acima referida.

Mais, foi decidido que, cumprindo-se o disposto no art.º 94º e 95.º do CCP os contratos serão reduzidos a escrito, sempre que em função do valor adjudicado, seja obrigatório pelo CCP, através da elaboração de um clausulado em suporte de papel.

Antes do encerramento da reunião, a presidente apresentou a sua proposta para a composição do júri dos procedimentos, nos termos do disposto no artigo 67º do CCP: [REDACTED]

[REDACTED]

A proposta foi aprovada por unanimidade. Ficou ainda definido que as competências do Júri serão as indicadas no art.º 69.º nº 1 do CCP. Nada mais havendo a tratar, para que conste, lavra-se a presente ata que depois de lida e rubricada, vai ser assinada.

Torres Vedras, 4 de janeiro de 2021

A presidente

O Vice-Presidente

A Secretária

[REDACTED]